



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

A divisão do país em zonas geo-econômicas

(DISCURSO PRONUNCIADO NO ENCER-
RAMENTO DA CONFERÊNCIA NACIONAL
DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO, A 18
DE NOVEMBRO DE 1939)

SUMÁRIO

Os Interventores examinaram, com os Ministros de Estado, questões capitais para o progresso do país — O Brasil dividido em zonas geo-econômicas — A navegação fluvial e a borracha — A açudagem, a irrigação, o vale do São Francisco e a Cachoeira de Paulo Afonso — A exploração de minérios, o café e o saneamento da Baixada Fluminense — O pôrto de Santos — Imigração e colonização — A criação do Banco Central — A siderurgia nacional — A saúde do povo, a educação e a cultura — A cooperação dos governos de cada região geo-econômica com o Govêrno Federal — Objctivada a cooperação dos governos estaduais — Trabalho com abnegação.

Senhores Interventores: Antes de encerrar esta sessão preparatória dos nossos trabalhos, quero congratular-me convosco pela soma de intensos e esclarecidos esforços nesta oportunidade empenhados no trato e no interesse de todos os problemas do país. As sucessivas sessões que aqui se realizaram, sob a direção dos Srs. Ministros de Estado, com a colaboração de todos os Srs. Interventores, foram realmente importantíssimas, pelo muito que se examinou das questões capitais para o bem-estar e progresso de nossa Pátria. Os Interventores nos Estados, alargando, assim, as vistas para além das lindes de seus territórios, tiveram a visão do Brasil complexo, total, a visão das zonas em que se divide e nas quais a similitude da vida econômica se peculiariza de tal modo, que foram por nós consideradas zonas geo-econômicas.

Podemos, pois, distribuir em três espécies os problemas a serem examinados: estritamente regionais, cuja solução cabe aos Srs. Governadores de Estado e Interventores; referentes às zonas geo-econômicas, abrangendo grupos de Estados, em cuja solução devem os seus governos colaborar com o Governo Federal, e, finalmente, problemas nacionais, que interessam a todo o país e devem ser resolvidos pelo Poder Central.

Apelando para uma enumeração puramente exemplificativa, temos, na região amazônica, os problemas da navegação fluvial e da borracha; na zona Norte, o das fibras vegetais e dos óleos; no Nordeste, o da açudagem e da irrigação, o estudo e o levantamento do vale do São Francisco e o aproveitamento da Cachoeira de Paulo

Afonso; no centro, o problema da exploração dos minérios, o café, o saneamento e colonização da Baixada Fluminense, transformando-a em celeiro para barateamento da vida da Capital Federal, e o do pôrto de Santos, que, conquanto interesse diretamente a São Paulo, assume importância para os outros Estados que por êle escoam os seus produtos. A aparelhagem do pôrto de Santos, diga-se de passagem, já não atende completamente às necessidades do tráfego comercial. Na zona Sul, poderemos resolver o problema do papel com o aproveitamento da pasta de madeira na fabricação de celulose, e cumpre cuidar dos da erva-mate e da carne.

De outra parte, surge como problema fundamental o da imigração e colonização. Devo acentuar aos Srs. Interventores ser êste um dos assuntos para o qual mais necessária se torna a colaboração dos Estados, porque a União, geralmente, não possui terras. As terras devolutas pertencem aos Estados, e a êstes cabe fornecê-las, para serem loteadas, divididas, povoadas e trabalhadas pelos agricultores. À União compete orientar a imigração, facilitá-la, dar-lhe transporte, conduzindo-a até à zona onde convém ser localizada.

Entre os problemas nacionais, devemos colocar em primeira linha o agrícola — que tem sempre merecido os cuidados do Govêrno Federal — sob todos os seus aspectos, quer nos referentes ao aperfeiçoamento da produção, quer nos pertinentes ao crédito para as atividades do campo.

Cogita o Govêrno da criação do Banco Central, que será o grande estabelecimento controlador da nossa economia, encarregado da emissão e do contrôle do valor da moeda, para êle passando as carteiras de emissão e redesconto do Banco do Brasil, voltando êste a funcionar como banco comercial, o que muito servirá ao desenvolvimento de sua atividade, com o fornecimento de cré-

A DIVISÃO DO PAÍS EM ZONAS GEO-ECONÔMICAS

ditos às necessidades econômicas do país, a fim de atendê-las com maior amplitude e organização mais apropriada.

Entre os outros problemas da órbita federal, devemos considerar ainda da maior importância e de premente necessidade a grande siderurgia nacional, cujo plano já está organizado, tratando-se, agora, da parte financeira; o aparelhamento militar do Brasil e o problema dos transportes aéreos, ferroviários, rodoviários e marítimos — todos de extraordinária preponderância no que se refere à circulação de nossas riquezas.

Não devemos, porém, encarar, simplesmente, os problemas de natureza econômica. Há os de alcance moral, os da saúde do povo, da educação e da cultura e de ordem social, que dizem respeito à assistência às classes pobres e necessitadas.

Distribuídas as tarefas propostas pelo Governo Central, com apóio nos dados do inquérito realizado pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, colocámos à disposição dos Interventores o material informativo de que necessitem para o preparo das memórias estaduais e regionais. A Secretaria da Presidência manterá uma seção permanente de informes, com os auxiliares necessários, de modo a proporcionar facilidade de dados sobre cada Estado aos Srs. Interventores ou a seus técnicos e delegados.

Até 15 de fevereiro, isto é, dentro de 90 dias, devem ser entregues à Secretaria da Presidência as soluções propostas pelos Interventores, determinando com clareza o modo de cooperação de cada governo e dos governos de cada região geo-econômica com o Governo Central.

Nesse intervalo, deverão os Interventores de cada uma das cinco regiões promover reuniões em que sejam assentadas, por consenso unânime ou princípio de interesse da maioria, as teses regionais e indicada a fórmula

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

do seu encaminhamento, com a participação de todos os Estados dessa Região e da União.

O Governo Central julga oportuno lembrar que, além dos assuntos discutidos com os Srs. Ministros de Estado, os Interventores e Governadores tenham especial aprêço pelas matérias seguintes:

1. Estatuto do funcionalismo estadual e municipal, com o fim de reduzir, padronizar e aproveitar ao máximo do rendimento o pessoal e o material do serviço público.
2. Auxiliar direta e indiretamente os trabalhos do Censo Nacional, a cargo do Instituto Nacional de Geografia e Estatística.
3. Dar a maior colaboração possível ao Conselho de Águas e Energia, para que possa desempenhar as suas tarefas, de máxima importância para o país.
4. Emprestar todo o apêio à Escola Nacional de Educação Física e Desportos, recentemente criada na Universidade do Brasil, inscrevendo candidatos em seus cursos, de modo a formar cada Estado e o Território do Acre sua própria equipe de instrutores, capaz de dirigir a cultura física da juventude no sentido de lhe melhorar a saúde e aumentar a resistência.

São estas, Srs. Interventores, as últimas recomendações que julguei oportuno fazer-vos nesta oportunidade. O mais está no tirocínio que já tendes da administração; está no vosso patriotismo, na visão panorâmica do país, pelo qual todos devemos trabalhar. O passado foi

A DIVISÃO DO PAÍS EM ZONAS GEO-ECONÔMICAS

a luta; o presente é trabalho; o futuro será a riqueza, a prosperidade, o poder.

Alguns comparam o nosso país a uma ilha ou a um arquipélago. Há regiões ricas, intensamente povoadas e industrializadas, e há regiões pobres, onde falta densidade demográfica e onde a escassez de população e de transportes ainda não proporciona os meios necessários à formação de suas riquezas. Não que essas zonas sejam áridas: é que a civilização ainda não chegou até lá, com a intensidade dos seus meios de produção. De modo que o sentido legítimo do nosso imperialismo é crescer dentro de nós mesmos e levar as nossas fronteiras econômicas até ao limite das fronteiras políticas, fazendo com que todo o Brasil prospere harmônicamente.

Para isto, é preciso trabalhar — trabalhar com abnegação, trabalhar com desinterêsse, trabalhar como trabalham as abelhas, que fabricam o mel, não para si, mas para a colmeia. E' o que o Brasil espera de nós, porque só assim seremos dignos da terra onde nascemos e cumpriremos o nosso dever para com a Pátria.